

3^a
EDIÇÃO
2019

HENRIQUE SUBI

MANUAL
COMPLETO DE

Português

para
Concursos

WANDER GARCIA
COORDENADOR DA COLEÇÃO

Teoria
Altamente
Sistematizada

Questões
comentadas

QUADROS
SINÓTICOS
para Leitura
Rápida

EDITORA
FOCO

Você está recebendo, **GRATUITAMENTE**, um fragmento da obra da **Editora Foco**, para dar início aos seus estudos.

Este conteúdo não deve ser divulgado, pois tem direitos reservados à editora, constituindo-se uma cortesia a título de motivação aos seus estudos.

Faz-se necessário evidenciar que tal fragmento não representa a totalidade de uma obra ou disciplina.

A obra, na sua totalidade, poderá ser adquirida no site da **Editora Foco**:

www.editorafoco.com.br

Bons estudos!

Editora Foco

2019 © Editora FOCO

Coordenador da Coleção: Wander Garcia

Autor: Henrique Subi

Editor: Roberta Densa

Equipe Editora Foco: Georgia Dias e Paula Morishita

Capa: Leonardo Hermano

Projeto Gráfico e Diagramação: Ladislau Lima

Impressão: VIENA GRÁFICA E EDITORA LTDA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S941m

Subi, Henrique

Manual completo de português para concursos: Língua portuguesa / Henrique Subi. - 3. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2019.

672 p. : 17cm x 24cm

Inclui índice e bibliografia

ISBN: 978-85-8242-385-1

1. Metodologia de estudo. 2. Concursos Públicos. 3. Língua portuguesa. I. Título

2019-438

CDD 001.4 CDU 001.8

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Metodologia de estudo 001.4
2. Metodologia de estudo 001.8

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

Atualizações e erratas: a presente obra é vendida como está, sem garantia de atualização futura. Porém, atualizações voluntárias e erratas são disponibilizadas no site www.editorafoco.com.br, na seção *Atualizações*. Esforçamo-nos ao máximo para entregar ao leitor uma obra com a melhor qualidade possível e sem erros técnicos ou de conteúdo. No entanto, nem sempre isso ocorre, seja por motivo de alteração de software, interpretação ou falhas de diagramação e revisão. Sendo assim, disponibilizamos em nosso site a seção mencionada (*Atualizações*), na qual relataremos, com a devida correção, os erros encontrados na obra. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br.

Impresso no Brasil (04.2019)

Data de Fechamento (04.2019)

2019

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter 578 - Galpão 01 – American Park Distrito Industrial
CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

DEDICATÓRIA

A Carlos Henrique Carneiro, pelas lições e amizade que transcenderam os muros da escola

APRESENTAÇÃO

Por que você está diante de um MANUAL COMPLETO de Português para Concursos?

Este MANUAL não se limita a trazer a TEORIA acerca do que é cobrado nos concursos públicos. Ele vai além e traz, também, número expressivo de QUESTÕES COMENTADAS, temas de REDAÇÃO e excertos do MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Quanto às QUESTÕES COMENTADAS, essenciais ao desenvolvimento do raciocínio e à fixação da matéria, a obra traz mais de 1.000 questões, sendo que todas elas são devidamente comentadas, item por item quando necessário, e foram escolhidas dentre os principais concursos públicos do País.

A obra também é escrita numa LINGUAGEM DIRETA, sem exageros linguísticos e com foco constante na melhor e mais atualizada informação, de modo que se tem um texto que, de um lado, vai direto ao ponto e, de outro, traz o maior número possível de informações úteis para o leitor.

Além disso, no decorrer do texto há também GRIFOS, ITÁLICOS e NEGRI-TOS, proporcionando a você verificação fácil do início de cada ponto, das palavras, expressões e informações-chave, facilitando ao máximo a leitura, a compreensão e a fixação das matérias.

Tudo isso sem contar que a obra foi escrita por um AUTOR CONSAGRADO, que já vendeu mais de 100.000 livros na área de concursos e exames públicos e que tem também larga experiência em grandes cursos preparatórios para concursos públicos, presenciais e a distância. Em resumo, os estudantes e examinandos de concursos públicos e demais interessados têm em mãos um verdadeiro MANUAL COMPLETO DE PORTUGUÊS, que certamente será decisivo nas pesquisas e estudos com vista à efetiva aprovação no concurso dos sonhos.

Boa leitura e sucesso!

SUMÁRIO

PARTE I – INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	17
1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E CONCURSOS PÚBLICOS.....	19
1.1. POR QUE ESTUDAR INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS?.....	19
1.2. É POSSÍVEL APRENDER INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS?	19
2. POSTURA INTERPRETATIVA.....	21
2.1. CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO.....	21
2.2. OBJETO DA INTERPRETAÇÃO.....	22
2.3. LEITURA PASSIVA × LEITURA ATIVA	24
3. TIPOS DE TEXTO	26
3.1. OS DIFERENTES OBJETIVOS DE UM TEXTO	26
3.2. FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	27
3.3. TIPOS DE DISCURSO	31
3.4. NARRAÇÃO	32
3.5. ARGUMENTAÇÃO.....	33
3.6. RELATO	35
3.7. EXPOSIÇÃO	36
3.8. INSTRUÇÃO.....	36
4. INSTRUMENTOS DE INTERPRETAÇÃO.....	38
4.1. CONTEXTO	38
4.1.1. CONCEITO.....	38
4.1.2. INTERTEXTUALIDADE.....	42
4.2. OBSERVAÇÃO	46
4.3. ANÁLISE.....	47
4.4. COMPARAÇÃO	50

4.5.	INDUÇÃO E DEDUÇÃO.....	51
4.6.	EXPLICAÇÃO, DEMONSTRAÇÃO OU JUSTIFICAÇÃO.....	54
5.	FIGURAS DE LINGUAGEM.....	55
5.1.	CONCEITO	55
5.2.	ESPÉCIES	56
5.2.1.	METÁFORA.....	56
5.2.2.	COMPARAÇÃO OU SÍMILE	56
5.2.3.	METONÍMIA.....	57
5.2.4.	ANTÍTESE	57
5.2.5.	PARADOXO OU OXÍMORO	58
5.2.6.	GRADAÇÃO	58
5.2.7.	HIPÉRBOLE.....	59
5.2.8.	ANÁSTROFE	59
5.2.9.	QUIASMO.....	60
5.2.10.	HIPÉRBATO.....	60
5.2.11.	SÍNQUISE.....	61
5.2.12.	EUFEMISMO.....	61
5.2.13.	APÓSTROFE	62
5.2.14.	PROSOPOPEIA OU PERSONIFICAÇÃO.....	62
5.2.15.	CATACRESE	63
5.2.16.	PERÍFRASE E ANTONOMÁSIA.....	63
5.2.17.	SINESTESIA	64
5.2.18.	HIPÁLAGE	64
5.2.19.	ENÁLAGE.....	64
5.2.20.	ALITERAÇÃO	65
5.2.21.	ASSONÂNCIA	65
5.2.22.	PARONOMÁSIA	65
5.2.23.	ONOMATOPEIA	66
5.2.24.	ANÁFORA	66
5.2.25.	PLEONASMO	67
5.2.26.	POLISSÍNDETO	68
5.2.27.	ASSÍNDETO	68
5.2.28.	ELIPSE.....	69
5.2.29.	ZEUGMA	69
5.2.30.	SILEPSE OU CONCORDÂNCIA IRREGULAR.....	69
5.2.31.	ANACOLUTO	70
6.	DICAS FINAIS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	71
6.1.	ADMINISTRE O TEMPO	71
6.2.	SUBLINHE AS IDEIAS MAIS IMPORTANTES	71

6.3. INTERPRETE TAMBÉM AS QUESTÕES.....	72
6.4. IDENTIFIQUE AS “FALSAS QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO”	72
QUESTÕES COMENTADAS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	73

PARTE II – GRAMÁTICA..... 197

1. FONÉTICA.....	199
1.1. CONCEITOS BÁSICOS	199
1.1.1. FONEMA E LETRA.....	199
1.1.2. CLASSIFICAÇÃO DOS FONEMAS.....	199
1.1.3. SÍLABAS.....	201
1.2. ENCONTROS VOCÁLICOS.....	202
1.2.1. CONCEITO	202
1.2.2. ESPÉCIES	202
1.3. ENCONTROS CONSONANTAIS	202
1.4. DÍGRAFO	202
1.5. A LETRA “H”	203
1.6. ORTOEPIA.....	203
2. ORTOGRAFIA	205
2.1. CONCEITO	205
2.2. BASES NORMATIVAS.....	205
2.3. COMO ESTUDAR ORTOGRAFIA?	205
2.3.1. LEITURA É FUNDAMENTAL.....	205
2.3.2. QUADRO DE PALAVRAS	206
2.3.3. ALGUMAS REGRAS	208
2.4. HOMONÍMIA E PARONÍMIA.....	209
2.5. USO DE EXPRESSÕES E PALAVRAS HOMÔNIMAS.....	210
2.5.1. ABAIXO × A BAIXO	210
2.5.2. ACERCA DE × A CERCA DE × HÁ CERCA DE × CERCA DE.....	210
2.5.3. ACIMA × A CIMA	210
2.5.4. AFIM DE × A FIM DE	211
2.5.5. ABAIXO-ASSINADO × ABAIXO ASSINADO	211
2.5.6. DEMAIS × DE MAIS	211
2.5.7. POR QUE × POR QUÊ × PORQUE × PORQUÊ.....	211
2.5.8. SENÃO × SE NÃO	211
2.5.9. EXPRESSÕES QUE DEMANDAM CUIDADO	212
2.6. SEPARAÇÃO DE SÍLABAS	212
2.7. USO DO HÍFEN.....	213
2.7.1. NA REDAÇÃO.....	213
2.7.2. NA ORTOGRAFIA.....	213

2.7.2.1.	PALAVRAS COMPOSTAS.....	214
2.7.2.2.	PREFIXOS.....	214
2.8.	ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	215
2.8.1.	PROSÓDIA	215
2.8.1.1.	SÃO OXÍTONAS AS PALAVRAS.....	216
2.8.1.2.	SÃO PAROXÍTONAS AS PALAVRAS	216
2.8.1.3.	SÃO PROPAROXÍTONAS AS PALAVRAS.....	216
2.8.1.4.	PALAVRAS QUE ADMITEM DUPLA PROSÓDIA	216
2.8.2.	REGRAS DE ACENTUAÇÃO.....	217
2.8.2.1.	PALAVRAS PROPAROXÍTONAS	217
2.8.2.2.	PALAVRAS PAROXÍTONAS.....	217
2.8.2.3.	PALAVRAS OXÍTONAS.....	217
2.8.2.4.	MONOSSÍLABOS	218
2.8.2.5.	NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO	218
2.8.3.	OUTROS SINAIS GRÁFICOS.....	218
2.8.4.	CRASE	219
2.8.4.1.	CONCEITO.....	219
2.8.4.2.	REPRESENTAÇÃO	219
2.8.4.3.	HIPÓTESES GERAIS.....	220
2.8.4.4.	CASOS ESPECÍFICOS	220
3.	PONTUAÇÃO.....	222
3.1.	NOÇÃO GERAL	222
3.2.	SINAIS DE PONTUAÇÃO.....	223
3.2.1.	PONTO.....	223
3.2.2.	PONTO DE INTERROGAÇÃO	224
3.2.3.	PONTO DE EXCLAMAÇÃO	224
3.2.4.	RETICÊNCIAS.....	225
3.2.5.	VÍRGULA.....	225
3.2.6.	PONTO E VÍRGULA	228
3.2.7.	DOIS-PONTOS	229
3.2.8.	ASPAS	230
3.2.9.	PARÊNTESES	231
3.2.10.	COLCHETES.....	232
3.2.11.	TRAVESSÃO	232
3.3.	ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	233
4.	MORFOLOGIA.....	233
4.1.	CONCEITO	233
4.2.	CLASSES DE PALAVRAS	234
4.2.1.	SUBSTANTIVOS	234

4.2.1.1.	CONCEITO.....	234
4.2.1.2.	CLASSIFICAÇÃO	234
4.2.1.3.	FLEXÕES DO SUBSTANTIVO.....	237
4.2.2.	ADJETIVOS	242
4.2.2.1.	CONCEITO.....	242
4.2.2.2.	GRAUS	242
4.2.2.3.	GENTÍLICOS	244
4.2.2.4.	LOCUÇÕES ADJETIVAS	247
4.2.3.	ADVÉRBIOS	248
4.2.3.1.	CONCEITO.....	248
4.2.3.2.	CLASSIFICAÇÃO	249
4.2.3.3.	LOCUÇÕES ADVERBIAIS.....	249
4.2.3.4.	PALAVRAS DENOTATIVAS.....	250
4.2.4.	ARTIGOS.....	250
4.2.4.1.	CONCEITO.....	250
4.2.4.2.	CLASSIFICAÇÃO	250
4.2.5.	NUMERAL.....	251
4.2.5.1.	CONCEITO.....	251
4.2.5.2.	CLASSIFICAÇÃO	251
4.2.6.	PRONOMES	252
4.2.6.1.	CONCEITO.....	252
4.2.6.2.	CLASSIFICAÇÃO	252
4.2.7.	INTERJEIÇÃO.....	257
4.2.7.1.	CONCEITO.....	257
4.2.7.2.	LOCUÇÕES INTERJETIVAS	257
4.2.8.	PREPOSIÇÃO	258
4.2.8.1.	CONCEITO.....	258
4.2.8.2.	CLASSIFICAÇÃO	258
4.2.8.3.	LOCUÇÕES PREPOSITIVAS	258
4.2.8.4.	AGREGAÇÃO DE PREPOSIÇÕES COM OUTROS ELEMENTOS	258
4.2.8.5.	QUANDO USAR (OU NÃO USAR) A PREPOSIÇÃO.....	259
4.2.9.	CONJUNÇÃO.....	260
4.2.9.1.	CONCEITO.....	260
4.2.9.2.	CLASSIFICAÇÃO	260
4.2.9.3.	ESPÉCIES DE CONJUNÇÃO	261
4.2.10.	VERBO.....	263
4.2.10.1.	CONCEITO.....	263
4.2.10.2.	PESSOAS DO VERBO	263

4.2.10.3.	MODOS DO VERBO	264
4.2.10.4.	TEMPOS DO VERBO	264
4.2.10.5.	CONJUGAÇÃO VERBAL.....	265
4.2.10.6.	FORMAS NOMINAIS DO VERBO.....	274
4.2.10.7.	VERBOS DEFECTIVOS	275
4.2.10.8.	VERBOS ABUNDANTES.....	277
4.2.10.9.	VOZES DO VERBO	277
5.	COLOCAÇÃO PRONOMINAL	282
5.1.	OBJETO DE ESTUDO	282
5.2.	REGRAS APLICÁVEIS.....	283
6.	CONCORDÂNCIA	286
6.1.	CONCEITO	286
6.2.	CONCORDÂNCIA NOMINAL	286
6.2.1.	VISÃO GERAL.....	286
6.2.2.	PRINCIPAIS CASOS	287
6.2.2.1.	QUANDO HÁ SOMENTE UMA PALAVRA DETERMINADA E UMA DETERMINANTE.....	287
6.2.2.2.	QUANDO HÁ MAIS DE UMA PALAVRA DETERMINADA	287
6.2.2.3.	QUANDO HÁ APENAS UMA PALAVRA DETERMINADA E MAIS DE UMA DETERMINANTE ..	288
6.2.3.	OUTROS CASOS INTERESSANTES	288
6.2.3.1.	SILEPSE.....	288
6.2.3.2.	“UM E OUTRO”, “UM OU OUTRO”, “NEM UM NEM OUTRO”	289
6.2.3.3.	“MESMO” E “PRÓPRIO”	289
6.2.3.4.	“SÓ” E “SÓS”	289
6.2.3.5.	“TODO” E “MEIO”	290
6.2.3.6.	“MENOS” E “SOMENOS”	290
6.2.3.7.	“PSEUDO”	291
6.2.3.8.	“LESO”	291
6.2.3.9.	“ANEXO”	291
6.2.3.10.	“POSSÍVEL”	291
6.2.3.11.	“É NECESSÁRIO”, “É PROIBIDO”	292
6.2.3.12.	“ALERTA”	292
6.2.3.13.	ADJETIVOS PÁTRIOS COMPOSTOS.....	292
6.2.3.14.	“MILHAR” E “MILHÃO”	292
6.2.3.15.	PLURAL DAS CORES	292
6.3.	CONCORDÂNCIA VERBAL	293
6.3.1.	VISÃO GERAL.....	293

6.3.2.	PRINCIPAIS CASOS	293
6.3.2.1.	REGRA GERAL	293
6.3.2.2.	SUJEITO COMPOSTO POR DIFERENTES PRONOMES PESSOAIS	295
6.3.2.3.	“UM E OUTRO”, “UM OU OUTRO”, “NEM UM NEM OUTRO”	295
6.3.2.4.	VOZ PASSIVA SINTÉTICA	295
6.3.2.5.	VERBOS IMPESSOAIS	295
6.3.2.6.	“QUE” E “QUEM”	296
6.3.2.7.	CONCORDÂNCIA COM NUMERAIS.....	296
6.3.2.8.	SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS PLURAIS.....	297
7.	REGÊNCIA.....	298
7.1.	CONCEITO	298
7.2.	REGÊNCIA NOMINAL	298
7.2.1.	REPETIÇÃO DA PREPOSIÇÃO	298
7.2.2.	TERMOS QUE INDICAM RESSALVA	299
7.2.3.	CONTRAÇÃO DE PREPOSIÇÃO E ARTIGO DE SUJEITO	299
7.2.4.	ALGUNS CASOS IMPORTANTES DE REGÊNCIA NOMINAL.....	300
7.3.	REGÊNCIA VERBAL.....	300
7.3.1.	COMPLEMENTO COMUM A VERBOS DE REGÊNCIA DIFERENTE	300
7.3.2.	EQUIVALÊNCIA DE TERMOS PREPOSICIONADOS E PRONOMES OBLÍQUOS ÁTONOS	301
7.3.3.	VERBOS COM MAIS DE UMA REGÊNCIA OU COMUMENTE UTILIZADOS DE FORMA INCORRETA	301
8.	ANÁLISE SINTÁTICA.....	304
8.1.	NOÇÕES E CONCEITOS GERAIS.....	304
8.2.	ANÁLISE SINTÁTICA DAS ORAÇÕES.....	305
8.2.1.	IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS ESSENCIAIS	305
8.2.1.1.	SUJEITO.....	305
8.2.1.2.	PREDICADO	308
8.2.2.	ELEMENTOS INTEGRANTES DA ORAÇÃO.....	310
8.2.2.1.	CONCEITO.....	310
8.2.2.2.	COMPLEMENTOS VERBAIS.....	310
8.2.2.3.	COMPLEMENTO NOMINAL.....	313
8.2.2.4.	ADJUNTO ADVERBIAL.....	314
8.2.2.5.	ADJUNTO ADNOMINAL	315
8.2.2.6.	APOSTO.....	317
8.2.2.7.	VOCATIVO	319
8.3.	ANÁLISE SINTÁTICA DOS PERÍODOS	320

8.3.1. NOÇÕES GERAIS	320
8.3.2. PERÍODOS COMPOSTOS POR COORDENAÇÃO	322
8.3.2.1. CONCEITO.....	322
8.3.2.2. CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES COORDENADAS....	322
8.3.3. PERÍODOS COMPOSTOS POR SUBORDINAÇÃO	324
8.3.3.1. CONCEITO.....	324
8.3.3.2. ORAÇÕES DESENVOLVIDAS E ORAÇÕES REDUZIDAS.....	324
8.3.3.3. CLASSIFICAÇÃO DAS SUBORDINADAS	325
8.3.3.4. ORAÇÕES SUBORDINADAS NÃO CLASSIFICADAS ...	335
8.3.4. PERÍODOS MISTOS	336
QUESTÕES COMENTADAS DE GRAMÁTICA.....	337
1. PONTUAÇÃO.....	395
2. MORFOLOGIA.....	417
3. VERBO.....	431
4. CONJUNÇÃO.....	453
5. PRONOME E COLOCAÇÃO PRONOMINAL	466
6. CONCORDÂNCIA	485
7. REGÊNCIA.....	505
8. ANÁLISE SINTÁTICA.....	511
9. TEMAS COMBINADOS.....	525
PARTE III – REDAÇÃO.....	557
1. OS DESAFIOS DA REDAÇÃO.....	559
1.1. INTRODUÇÃO.....	559
1.2. O PROBLEMA DA SUBJETIVIDADE E OS PADRÕES DE CORREÇÃO	560
1.3. DESENVOLVENDO HABILIDADES	562
1.3.1. A OBTENÇÃO DE CONHECIMENTOS	562
1.3.2. A PRÁTICA DE MANUSCREVER.....	562
2. A ESTRUTURA DO TEXTO DISSERTATIVO.....	563
2.1. OS DIFERENTES TIPOS DE TEXTO.....	563
2.2. COMO ESTRUTURAR A DISSERTAÇÃO	564
3. RASCUNHO × VERSÃO FINAL.....	567
3.1. COMO USAR O RASCUNHO.....	567
3.2. APRESENTAÇÃO DO TEXTO FINAL	567
4. INTEGRIDADE DO TEXTO.....	568
4.1. COERÊNCIA	568
4.2. COESÃO	570
5. ERROS MAIS COMUNS.....	571

5.1.	ESTRANGEIRISMO.....	571
5.2.	AMBIGUIDADE.....	572
5.3.	CACÓFATO OU CACOFONIA.....	572
5.4.	REPETIÇÃO.....	572
5.5.	PLEONASMO VICIOSO.....	573
5.6.	PROLIXIDADE.....	574
5.7.	OBSCURIDADE.....	574
5.8.	ECO OU POETIZAÇÃO.....	575
6.	TEMAS DE REDAÇÃO DE CONCURSOS ANTERIORES.....	575
	QUESTÕES COMENTADAS DE REDAÇÃO.....	590

Apêndice

EXCERDOS DO MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PARTE I – AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS.....	639
Capítulo I – ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	641
1. O QUE É REDAÇÃO OFICIAL.....	641
1.1. A IMPESSOALIDADE.....	642
1.2. A LINGUAGEM DOS ATOS E COMUNICAÇÕES OFICIAIS.....	643
1.3. FORMALIDADE E PADRONIZAÇÃO.....	644
1.4. CONCISÃO E CLAREZA.....	645
Capítulo II – AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS.....	649
1. INTRODUÇÃO.....	649
1.1. PRONOMES DE TRATAMENTO.....	649
1.1.1. BREVE HISTÓRIA DOS PRONOMES DE TRATAMENTO.....	649
1.1.2. CONCORDÂNCIA COM OS PRONOMES DE TRATAMENTO.....	650
1.1.3. EMPREGO DOS PRONOMES DE TRATAMENTO.....	650
1.2. FECHOS PARA COMUNICAÇÕES.....	652
1.3. IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO.....	653
2. O PADRÃO OFÍCIO.....	653
2.1. PARTES DO DOCUMENTO NO <i>PADRÃO OFÍCIO</i>	653
2.2. FORMA DE DIAGRAMAÇÃO.....	655
2.3. AVISO E OFÍCIO.....	656
2.3.1. DEFINIÇÃO E FINALIDADE.....	656
2.3.2. FORMA E ESTRUTURA.....	656
2.4. MEMORANDO.....	660

2.4.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE	660
2.4.2.	FORMA E ESTRUTURA	660
3.	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	662
3.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE.....	662
3.2.	FORMA E ESTRUTURA	662
4.	MENSAGEM.....	666
4.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE.....	666
4.2.	FORMA E ESTRUTURA	669
5.	TELEGRAMA	671
5.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE.....	671
5.2.	FORMA E ESTRUTURA	671
6.	FAX.....	671
6.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE.....	671
6.2.	FORMA E ESTRUTURA	671
7.	CORREIO ELETRÔNICO	672
7.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE.....	672
7.2.	FORMA E ESTRUTURA	672
7.3.	VALOR DOCUMENTAL	672

PARTE I

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E CONCURSOS PÚBLICOS

1.1. Por que estudar interpretação de textos?

O candidato a qualquer concurso público, atualmente, deve preparar-se para responder um grande número de questões de diversas disciplinas. Há provas que chegam a cobrar 14 ou 15 delas, nas mais diferentes áreas do conhecimento. Não é difícil reparar, porém, que uma delas é comum a praticamente todos eles: a **Língua Portuguesa**.

Conhecê-la bem, portanto, é fundamental para o sucesso no certame, principalmente considerando a grande quantidade de questões que normalmente lhe são atribuídas. E aqui se encontra um fato que muitos candidatos subestimam: as perguntas relacionam-se, em grande parte, à interpretação de textos.

Vejo muitos alunos que dedicam todo seu tempo de estudos da linguagem às regras gramaticais, deixando de lado os textos. Trata-se de estratégia equivocada, porque em média **50% das questões elaboradas pelas bancas examinadoras versam sobre leitura e interpretação**. Em alguns concursos, o candidato é desafiado a enfrentar três ou quatro textos de características bastante diferentes e o número de perguntas que exigem uma perfeita compreensão do que foi lido sobe ainda mais (e ainda há várias outras disciplinas para responder!).

Assim, respondemos à pergunta que inaugura esse capítulo: porque a interpretação de textos é uma habilidade que é testada em todos os concursos públicos, sendo peça-chave da aprovação.

Em parte, a razão do equívoco na preparação nasce do próprio mercado de livros e apostilas voltados para concursos públicos, que não oferece ao candidato material destinado à interpretação de textos. Esse problema fica resolvido com a publicação deste livro que você tem em mãos agora. De outro lado, pode-se também atribuir parcela da culpa aos próprios candidatos, os quais divido em dois grupos: aqueles que *acham* que não precisam estudar interpretação de textos e aqueles que *acreditam que não é possível* estudar interpretação de textos.

Se você está lendo estas linhas, provavelmente encaixa-se no segundo grupo. Os membros do primeiro grupo normalmente pensam que dominam completamente a Língua Portuguesa e, autopromovendo-se a esse patamar superior, pularam essa parte do livro.

1.2. É possível aprender interpretação de textos?

Como membro do segundo grupo, é hora de deixar de lado sua antiga convicção e perceber que é, sim, possível aprender a interpretar textos!

Quem nunca ouviu alguém dizer que “interpretação de textos ou você sabe, ou você não sabe”, ou ainda que “não adianta correr atrás do prejuízo agora, você deveria ter lido mais desde criança”, ou, pior, que “não tem como estudar interpretação, a saída é ler muito até o dia da prova para treinar a ler mais rápido e perder menos tempo com as questões”? Nada disso é verdade.

Como qualquer outra, interpretar corretamente um texto é uma **habilidade** que pode ser *aprimorada através da prática*. Costumo dizer que é como andar de bicicleta: ao subir nela pela primeira vez, você tenta se equilibrar instintivamente enquanto pedala. Fatalmente levará alguns tombos, mas a prática o levará ao sucesso.

Com a interpretação acontece o mesmo processo. Muitos pensam que ler é um ato meramente **instintivo**, atitude que leva a alguns “tombos” (ou erros) na compreensão daquilo que foi dito. Na verdade, também aqui a prática é essencial para que se extraia o verdadeiro sentido das palavras.

Por isso que alguns insistem em dizer que só é hábil na interpretação quem está acostumado a ler muito, o que dá a entender que, se esse não é o seu caso, estará fadado ao fracasso nessa habilidade. Não podemos negar que, realmente, *ler diferentes tipos de textos ainda é o melhor caminho para praticar a interpretação* e que todos os dias, meses ou anos de vida dedicados à leitura certamente farão diferença nessa aptidão. Mas não é menos verdade que, como em tudo na vida, nunca é tarde para começar!

Principalmente porque existem **instrumentos de interpretação** que irão acelerar bastante esse processo de aprendizagem. Afinal, o candidato a uma vaga em concursos públicos dispõe de pouco tempo para se preparar, fato que não se pode perder de vista em nenhum momento. A proposta, então, é apresentar esses instrumentos para que você possa utilizá-los na hora da prova, facilitando a procura pela resposta correta.

É bom que se diga antes de tudo, para evitar grandes expectativas (que sempre vêm acompanhadas de grandes decepções), que tudo que vamos ensinar você já sabe. E nessa hora você pensou: “Muito obrigado pela informação! Posso ir direto para a Parte II, então, aprender alguma coisa sobre gramática?”. Não, fique comigo. Deixe-me explicar melhor.

Desde o momento em que aprendemos a ler, quando crianças, temos em nosso intelecto todo o necessário para entender aquilo que estamos lendo. Obviamente, para textos mais complexos, exige-se o conhecimento de **fatos**, **regras** ou **conceitos** que serão adquiridos apenas ao longo da vida. Conforme esses dados vão se acumulando em nossa memória, nós os usamos conforme são requeridos e assim podemos absorver cada vez mais quantidade de informações ao ler um texto.

Entretanto, esse caminho é percorrido, muitas vezes, sem qualquer preocupação com a **organização das ideias**, ou seja, nossa habilidade de leitura se baseia unicamente no **instinto** de *decifrar os sinais que compõem a linguagem usando como “dicionário” para traduzir os termos tudo aquilo que aprendemos no decorrer de nossa trajetória pessoal e/ou profissional*.

É por isso que digo que somos todos **leitores e intérpretes instintivos**. Todos sabemos ler e interpretar um texto, mas essa tarefa é usualmente realizada de forma mecânica pelo nosso cérebro, que usa os **instrumentos de interpretação** instintivamente (seja buscando um fato em nossa memória, comparando situações semelhantes ou dando maior ou menor relevância à informação de acordo com a imagem que temos daquele que a transmite).

Memorização, comparação e análise são exemplos de instrumentos de interpretação. Note que, mesmo sem saber seus nomes, você os usa nas leituras do dia a

dia. Eis a razão de termos dito antes que não existe nada **novo** para ensinar. O que podemos fazer é *mostrar quais são as ferramentas que seu cérebro possui para interpretar um texto e indicar a melhor forma de usá-las*.

Pense em uma caixa de ferramentas desarrumada. Se você precisar da chave de fenda, deverá vasculhar e remexer em toda a caixa até encontrá-la, tornando o trabalho demorado e difícil. Se nosso cérebro é a caixa e as ferramentas são as habilidades de leitura, **estudar interpretação de textos** nada mais é do que *organizar nossa caixa de ferramentas, tornando mais fácil identificar e acessar o instrumento necessário para cumprirmos com êxito a tarefa de interpretar o texto apresentado*.

2. POSTURA INTERPRETATIVA

2.1. Conceito de interpretação

Mas, afinal, o que significa interpretar?

Em sua definição mais conhecida, **interpretar** significa *extrair o sentido*. Observe bem (e aqui já começamos a interpretar): o uso do verbo **extrair**, por sua vez, indica que o **sentido** daquilo que está sendo interpretado não está sempre claro, direto. Na maioria das vezes, é preciso investigar, perscrutar as intenções do autor, analisar a escolha dos termos utilizados, entre outras técnicas, para identificar seu objetivo final.

Uma forma fácil de perceber o resultado do trabalho de interpretação ocorre na música. Lembro-me da primeira vez que ouvi a canção “Sozinho”, de Peninha, cantada pelo próprio autor e de como passei a gostar muito mais da música depois de escutá-la na voz de Caetano Veloso, que a tornou famosa. Peninha, o autor, fez um excelente trabalho ao reunir letra e melodia, mas o **intérprete** Caetano Veloso transmite ao cantá-la muito mais do que a técnica musical. Ele vai além, passando aos ouvintes a verdadeira emoção da história que a canção relata.

A função do intérprete de um texto é a mesma daquele que interpreta a canção. Em uma primeira leitura, absorvemos somente aquilo que é superficial na mensagem transmitida pelo autor, o significado puro das palavras. Ao adotarmos uma **postura interpretativa**, passamos a questionar e aprofundar nosso raciocínio em busca da mensagem central do texto, aquilo que seu autor queria realmente explorar.

Vejamos outro exemplo. Responda para si mesmo: é mais fácil interpretar um texto jornalístico ou uma poesia de Camões?

Sem dúvidas, é mais fácil interpretar a notícia do jornal. Por quê? Porque o texto jornalístico tem como característica marcante a **objetividade**, a intenção de informar sobre fatos concretos. Já a poesia, por sua vez, trabalha com **figuras de linguagem** e palavras mais rebuscadas para manter a métrica e a rima com o intuito de expressar **sentimentos** do escritor.

O que não pode acontecer é cairmos na armadilha de que o texto “fácil”, objetivo e claro, dispensa interpretação. Não. Devemos nos habituar a ler um texto pretendendo dele extrair seu verdadeiro sentido, qualquer que seja sua modalidade.

Haverá interpretações mais fáceis ou mais difíceis, mas o exercício intelectual deve sempre estar presente.

Isso acontece porque o Português é uma língua complexa, cujas palavras costumam apresentar mais de um sentido. Considere o texto abaixo:

“Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.”

(Constituição da República Federativa do Brasil)

O comando contido na norma jurídica supratranscrita parece direto e claro. Leia de novo. O verbo **sancionar**, segundo o dicionário Michaelis, significa tanto “admitir, aprovar, confirmar” quanto “punir, multar”. O que deve então o Presidente da República fazer? Perceba que mesmo um texto feito para ser objetivo, como um artigo de lei, acaba apresentando palavras que exigem o exercício interpretativo. No caso, os demais termos utilizados, notadamente o verbo **acquiescer**, que significa “concordar”, indicam que o sentido no qual **sancionar** foi empregado é o primeiro: se o Presidente concorda com o projeto de lei, deve aprová-lo, confirmá-lo.

2.2. Objeto da interpretação

Toda espécie de linguagem pode ser interpretada, não apenas a manifestação escrita da língua.

Chamamos de **linguagem** toda e qualquer *forma de comunicação capaz de transmitir uma mensagem entre dois interlocutores*. Nesse conceito amplo, a linguagem pode se apresentar de diferentes formas: linguagem oral, linguagem escrita, linguagem de sinais etc. Em qualquer dessas instâncias, o *interlocutor deve estar apto a compreender a mensagem que o outro deseja transmitir-lhe*, considerando todas as circunstâncias: em uma conversa, o tom de voz, o uso de gírias, o grau de atenção do interlocutor ao falar influenciam a percepção do destinatário; em um texto escrito, o uso de palavras difíceis, o momento histórico, o veículo de publicação também devem ser levados em conta; na linguagem de sinais, o conhecimento prévio do código utilizado e a velocidade de realização dos sinais permitem maior ou menor compreensão entre emissor e receptor da mensagem.

Tente lembrar-se de uma conversa importante que você teve com um amigo, sua(seu) namorada(o), seus pais ou seus filhos. Além das palavras, observamos também os movimentos do corpo, a direção do olhar, a distância que existe entre as pessoas. Quantas vezes dizemos alguma coisa com certa intenção e o outro lado a recebe de outro jeito, ficando chateado ou irritado sem que pretendêssemos esse resultado? É a famosa frase: “não é o que você **disse**, mas a **forma** como você disse”. Estamos sempre interpretando.

A linguagem também se manifesta através de **textos**, que podem ser definidos como *a estrutura linguística capaz de transmitir uma mensagem dotada de sentido con-*

forme a intenção de seu criador. Os textos podem ser **verbais**, quando são compostos por palavras (livros, tabelas); **não verbais**, quando compostos por imagens, sons ou outras espécies de sinais (música, dança, expressão corporal); e **mistos**, quando compostos tanto por palavras quanto por outros elementos (charges, gráficos). Os textos verbais e mistos, por sua vez, subdividem-se em **textos escritos** e **textos orais**.

Texto I – Texto verbal

“O ser humano fala aproximadamente entre 3.000 e 6.000 línguas. Não existem dados precisos. As línguas naturais são os exemplos mais marcantes que temos de linguagem. No entanto, ela também pode se basear na observação visual e auditiva, ao invés de estímulos. Como exemplos de outros tipos de linguagem, temos as línguas de sinais e a linguagem escrita. Os códigos e os outros tipos de sistemas de comunicação construídos artificialmente, tais como aqueles usados para programação de computadores, também podem ser chamadas de linguagens. A linguagem, nesse sentido, é um sistema de sinais para codificação e decodificação de informações. A palavra portuguesa deriva do francês antigo *langage*. Quando usado como um conceito geral, a palavra ‘linguagem’ refere-se a uma faculdade cognitiva que permite aos seres humanos aprender e usar sistemas de comunicação complexos.”

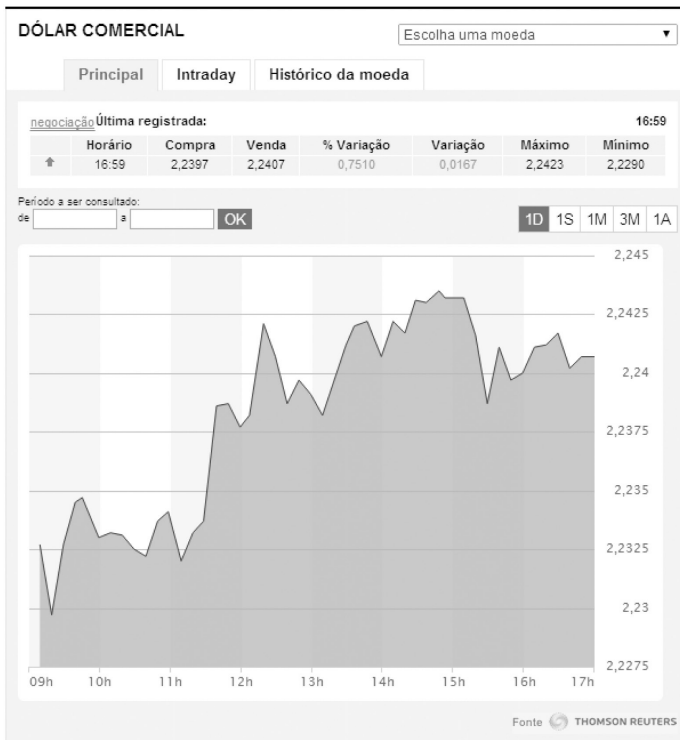
(Fonte: www.pt.wikipedia.org/wiki/Linguagem)

Texto II – Texto não verbal



A conversação, Arnold Lakhovsky (1935)

Texto III – Texto misto



(Fonte: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos-principal.jhtm>>)

Na seara dos concursos públicos, interessam-nos apenas os **textos verbais e mistos escritos**, cuja interpretação é objeto de questionamento nas provas. Sendo assim, sobre eles que se baseará todo o alicerce dos **instrumentos de interpretação** que vamos conhecer e os exemplos dados para consolidar o aprendizado.

2.3. Leitura passiva × Leitura ativa

O primeiro passo a dar para evoluir na interpretação de textos é mudar nossa forma de leitura das mensagens que nos são apresentadas a todo momento. Usualmente, adotamos uma **leitura passiva**, despreocupada e superficial, que se contenta com a simples **interpretação literal** das palavras contidas no texto sem atentar para o que se encontra encoberto por elas.

Essa conduta funciona bem para o dia a dia, quando lemos para relaxar ou quando estamos diante de anúncios publicitários, por exemplo. Não se admite, por outro lado, a mesma situação daquele que se prepara para concursos públicos, principalmente durante a prova. Nessa fase, temos de buscar ir além do que foi dito, investigando o que o autor **quis dizer**.

Essa nova abordagem é chamada de **leitura ativa** ou **leitura crítica**, na qual o *leitor do texto passa de simples receptor da mensagem para intérprete das intenções do autor, querendo conhecer as motivações e objetivos ocultos detrás das palavras ou imagens.*

QUESTÕES COMENTADAS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Um juízo de valor tem como origem uma percepção individual: alguém julga algo ou outra pessoa tomando por base o que considera um critério ético ou moral. Isso significa que diversos indivíduos podem emitir diversos juízos de valor para uma mesma situação, ou julgar de diversos modos uma mesma pessoa. Tais controvérsias são perfeitamente naturais; o difícil é aceitá-las com naturalidade para, em seguida, discuti-las. Tendemos a fazer do nosso juízo de valor um atestado de realidade: o que dissermos que é, será o que dissermos. Em vez da naturalidade da controvérsia a ser ponderada, optamos pela prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo.

Com o fenômeno da expansão das redes sociais, abertas a todas as manifestações, juízos de valor digladiam-se o tempo todo, na maior parte dos casos sem proveito algum. Sendo imperativa, a opinião pessoal esquiva-se da controvérsia, pula a etapa da mediação reflexiva e instala-se no posto da convicção inabalável. À falta de argumentos, contrapõem-se as paixões do ódio, do ressentimento, da calúnia, num triste espetáculo público de intolerância.

Constituem uma extraordinária orientação para nós todos estas palavras do grande historiador Eric Hobsbawm: “A primeira tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas as nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou.” A advertência de Hobsbawm não deve interessar apenas aos historiadores, mas a todo aquele que deseja dar consistência e legitimidade ao juízo de valor que venha a emitir.

(Pêricles Augusto da Costa, inédito)

(Analista Jurídico – TRF5 – FCC – 2017) Os juízos de valor são considerados naturalmente controversos pelo fato de que

- (A) simulam uma convicção quando apenas presumem o que seja um atributo da realidade.
- (B) expressam a prepotência de quem se nega a discuti-los levando em conta a argumentação alheia.
- (C) exprimem pontos de vista originários de percepções essencialmente subjetivas.
- (D) correspondem a verdades absolutas que a realidade mesma dos fatos não é suficiente para comprovar.
- (E) traduzem percepções equivocadas do que se considera a verdade autêntica de um fato.

O autor traz conceitos e noções sobre o juízo de valor para demonstrar que são resultado de uma operação intelectual bastante individual. Isso acarreta que dois juízos de valor sobre a mesma coisa ten-

dem a ter resultados diferentes, porque as convicções e experiências de cada pessoa influenciam na sua percepção ética.

Gabriel “C”

(Analista Jurídico – TRF5 – FCC – 2017) O violento embate entre juízos de valor nas redes sociais poderia ser bastante amenizado no caso de se aceitar, conforme recomenda o historiador Hobsbawm, a disposição de

- (A) evitar o julgamento de fenômenos históricos de difícil interpretação, sobretudo os que nos são contemporâneos.
- (B) aceitar como legítimos os juízos de valor já consolidados na alta tradição dos historiadores mais experientes.
- (C) definir com bastante precisão qual o juízo de valor a ser adotado como critério para a compreensão de um fato.
- (D) preceder o juízo de valor do exame das condições históricas que determinam a atribuição de sentido ao objeto de julgamento.
- (E) pressupor que a compreensão de um fato histórico depende da emissão de juízos de valor já legitimados socialmente.

O texto aponta que os duelos entre os juízos de valor nas redes sociais decorrem da supressão da etapa de reflexão sobre eles: atualmente, cada pessoa atribui como verdade absoluta aquilo que pensa e não dialoga com as demais. Eric Hobsbawm adverte que, se cada um pudesse considerar as condições históricas que levaram cada pessoa a pensar como pensa, os debates teriam melhor qualidade.

Gabriel “D”

[Em torno da memória]

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

(Adaptado de Ecléa Bosi. Lembranças de velhos. S. Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 17)

(Analista Jurídico – TRF5 – FCC – 2017) Entende-se que a memória não é sonho, é trabalho quando se aceita o fato de que as lembranças nossas

- (A) requerem esforço e disciplina para que venham corresponder às reais experiências vividas no passado.
- (B) exigem de nós a difícil manutenção dos mesmos pontos de vista que mantínhamos no passado.
- (C) libertam-se do nosso inconsciente pela ação da análise que, no passado, não éramos capazes de elaborar.
- (D) mostram-se trabalhosas por conta do esquecimento que as relega ao plano do nosso inconsciente.
- (E) produzem-se como construções imagéticas cuja elaboração se dá com elementos do momento presente.

A ideia central do texto é destacar que nossas memórias não são replicações exatas do que vivemos, mas imagens que nosso cérebro complementa com aspectos e fatores que nele temos oriundos do momento presente.

„E,“ Cabrito

A importância do imperfeito

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de “relações perfeitas” entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.

Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos

flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. Retalhos cósmicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

(Analista – TRT2 – FCC – 2018) Os três parágrafos do texto organizam-se de modo a constituírem, na ordem dada, as seguintes operações argumentativas:

- (A) relativização do conceito de perfeito; valorização absoluta do conceito de perfeito; inclusão do conceito de imperfeito.
- (B) valorização absoluta do conceito de perfeito; valorização absoluta do conceito de imperfeito; nova valorização do conceito de perfeito.
- (C) reconhecimento do conceito de perfeito; relativização do conceito de perfeito; demonstração do valor do imperfeito.
- (D) defesa dos conceitos de perfeito e imperfeito; valorização máxima do conceito de imperfeito; conclusão acerca da superioridade do imperfeito.
- (E) recuperação histórica do conceito de perfeito; predomínio do imperfeito nas artes e nas ciências; reavaliação positiva do conceito de perfeito.

A ideia central do primeiro parágrafo é destacar o conceito de “perfeito”, para, no segundo, o texto relativizar esse conceito (expondo que coisas podem ser belas sem serem perfeitas). Ao final, no último parágrafo, demonstra o valor da imperfeição nas artes, na vida e no universo.

„C,“ Cabrito

(Analista – TRT2 – FCC – 2018) No terceiro parágrafo, uma escultura abstrata e a estrutura hexagonal dos flocos de neve são exemplos de que o autor do texto se serve para demonstrar que

- (A) as artes e a física moderna valem-se dos mesmos modelos de perfeição e de beleza.
- (B) o imperfeito pode representar-se tanto na criação estética como na ordem natural.
- (C) a imperfeição final é a ordem a partir da qual tudo se organiza na arte e na natureza.
- (D) sob o aspecto de uma aparente imperfeição há o primado das leis que regem o perfeito.
- (E) por trás das formas belas e das estruturas físicas encontra-se a razão mesma de ser do que é perfeito.

Ambos são exemplos de imperfeições: a escultura porque não tem forma definida e o floco de neve porque não existem dois iguais na natureza. Assim, demonstra o autor que a imperfeição não é algo exclusivamente humano, fonte de sua própria criação, mas também algo natural.

„B,“ Cabrito